

SEM COMEMORAÇÃO. Estado vive lógica de federalização na maioria dos investimentos

Baixos índices sociais marcam emancipação de AL

Líder em quase todos os indicadores negativos Brasil afora, estado completa 197 anos de emancipação com miséria e forte dependência do governo federal

MILENA ANDRADE
REPÓRTER

A apenas três anos de completar o bicentário da sua emancipação política, Alagoas ainda está presa a indicadores sociais e econômicos atrasados em pelo menos duas décadas em relação à média nacional. É aqui onde estão o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o maior número de analfabetos, a maior taxa de mortalidade infantil, a terceira pior renda per capita do país e o maior número de mortes violentas.

Além disso, num choque de conceito do significado de 'se emancipar', o Estado segue incapaz de caminhar com as próprias

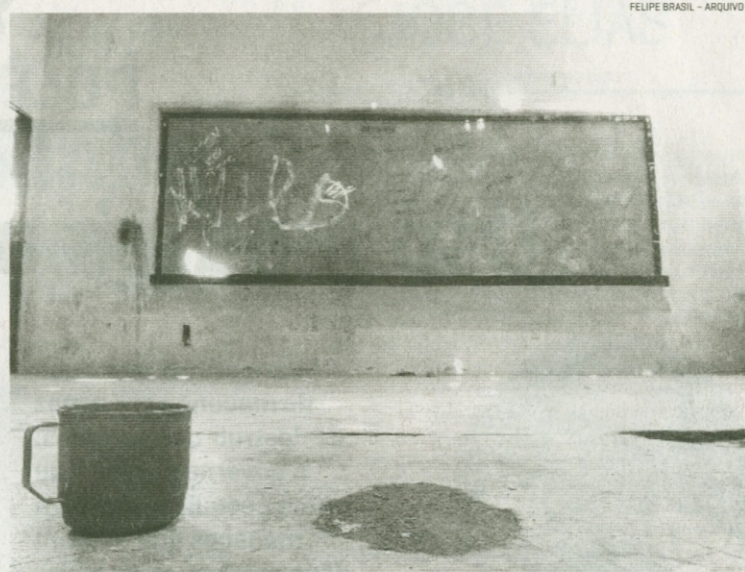
pernas numa extrema dependência da União para realizar as ações e levar os serviços mais básicos aos seus cidadãos.

Esse Estado que completa na próxima terça-feira, 16 de setembro, 197 anos de emancipação vive extraoficialmente numa lógica de quase federalização em praticamente tudo o que se refere a investimentos públicos, sejam para obras ou para manutenção de serviços à população. Somente em 2013, os recursos transferidos pelo governo federal para Alagoas chegaram a R\$ 7,7 bilhões de transferências obrigatórias e voluntárias. Some-se a esse montante mais R\$ 4 bilhões de previdência social, ou seja, R\$

11,7 bilhões, mais de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Dentro desse valor, estão os recursos para pagar 480 mil aposentados e 430 mil beneficiários do programa Bolsa Família.

Para fazer uma reflexão sobre o significado da data, as raízes dos atuais problemas e o que Alagoas representa hoje para o país, como ele se projeta para fora e de que forma contribui para a nação, a Gazeta entrevistou três professores universitários especialistas em determinados períodos históricos do Estado e em economia alagoana.

Para o economista e professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Fábio Guedes, a liderança de Alagoas nos piores indicadores sociais econômicos da nação é lamentável e não tem uma explicação única. O primeiro item desse elenco de cau-



Ensino público de péssima qualidade é um dos exemplos mais evidentes do fracasso pós emancipação

sa seria a profunda fragilidade das finanças públicas com suas limitadas condições de realização de investimentos. "Esse quadro é decorrente de décadas de recursos públicos desperdiçados em processos comprovados de corrupção e desvios, dívidas contraídas por grupos econômicos junto a instituições públicas estaduais e não pagas, sucessivas gestões ineficientes na aplicação de recursos e, por fim, diminuição dramática da base tributária, com a redução de alíquotas fiscais de certos segmentos econômicos", explica.

Guedes também lança um olhar sobre a histó-

ria de concentração fundiária aprofundada da década de 70 até os dias atuais, o que provocou a falta de ocupação no campo e deu lugar ao inchaço nas cidades, e critica a total falta de compromisso de governos com setores prioritários. "Podemos elencar ainda como causas desse quadro de subdesenvolvimento a relapsa ocupação com áreas fundamentais na formação e condições de vida do alagoano, como educação e saúde, por parte de governos", afirma.

Esse cenário, na visão do economista, faz da emancipação alagoana algo meramente institucio-

nal, pois o Estado não possui a mínima autossuficiência nem econômica, nem social. "A emancipação alagoana é apenas institucional, formal, pois se trata de um sistema econômico e social sem condições de autopropulsão própria em termos de crescimento econômico e desenvolvimento social. Sem os recursos federais de toda a ordem seria muito difícil imaginar as condições e situação em que o Estado ficaria. Não existem alternativas, salidas, sem a federalização de várias políticas públicas no Estado em cooperação com os governantes locais", analisa Guedes.

“Mudança não vem com investimentos de fora”

O professor universitário e historiador Luiz Sávio de Almeida defende que o caminho para a ruptura dessa lógica de dependência econômica e subdesenvolvimento é a reterritorialização de Alagoas. Para ele, o Estado, comandado historicamente pelo viés senhorial e de dominação política em detrimento da inovação, acabou por se dividir em duas categorias: as Alagoas profunda e as Alagoas rasas, ou Alagoas de dentro e Alagoas de fora.

A petroquímica Braskem, para ele, é um exemplo de como opera a Alagoas de fora, onde sua produção e seu desempenho financeiro caracterizariam um desenvolvimento deslocado. Já a grandiosidade da crise do setor sucroalcooleiro simboliza a Alagoas de dentro, que é, para o historiador, o que precisa de atenção dos governos, pois a mudança necessária não está nos investimentos vindos de fora.

"O Estado tem que reterritorializar Alagoas em cima dos vazios de planejamento, repensar o eixo econômico de integração vindo do Oeste para o Leste, preencher o que fica de pequeno com programas de máximo rendimento social e entender, sobretudo, que a mudança não se mede pelos investimentos nas Alagoas de fora, mas nas Alagoas profundas é, misto, o empenho do Estado deverá estar no reajustamento da sociedade, mediante investimento pesado na busca de igualdade", afirma.

INOVAÇÃO

Para o professor Sávio de Almeida, historicamente, qualquer fator de inovação somente tem permissão para entrar se não desalojar o modo de dominação política. Com isso, o Estado sempre teve o desenvolvimento como argumento, como discurso, e o controle estrutural como ação.

"Alagoas toma o novo e jamais consegue levá-lo

para o andamento da vida no Estado, pois o velho carcome, puxa para ele. É preciso limpar o tapete e, neste, refazer um Estado carcomido, por um estado útil", analisa.

SETOR CANAVIEIRO

O historiador Osvaldo Maciel ressalta a influência do setor canavieiro nas políticas públicas e nos próprios caminhos do desenvolvimento econômico e social do Estado ao longo desse período. "Capturada" por donos de usinas, Alagoas sempre teve lideranças políticas vinculadas direta ou indiretamente ao setor no seu aparato estatal, como acontece hoje no atual governo.

"Isso trouxe uma série de consequências negativas para as políticas públicas realizadas no Estado. Esta tendência, que, obviamente, teve oscilações ao longo do período, manteve-se firme, tendo em vista que parte significativa do esforço estatal voltou-se para os interesses do latifúndio canavieiro", explica.

Para Maciel, a reprodução dessa e de outras matrizes da formação histórica de Alagoas explicam a dependência de Alagoas da União e as consequências nefastas nos indicado-

res. As raízes dos problemas atuais remontam ao genocídio de alguns grupos indígenas e o combate aos mocambos, que acabaram servindo como 'aprendizado da dominação' e fortaleceram o ethos de repulsa ao poder e aos interesses populares que perdura até os dias de hoje. Uma outra questão citada por ele é a forma de pensar o desenvolvimento do estado, baseada sempre em algum centro, como a orla ou a mata, em detrimento das periferias.

"Deixar o interior (Sertão e Agreste) do estado reféns dos interesses de grupos dirigentes do litoral e da mata é cancelar as formas alternativas de pensar Alagoas, de vislumbrar potencialidades insuspeitas. Afinal, como sabemos o espaço e as distâncias entre as regiões não são homogêneas. Praticamente, todos os projetos concretizados em Alagoas nos últimos 40 anos passam pelo ponto de vista da orla de Maceió e isso é danoso! Esta miopia, causada pelo local de onde se observa todo o Estado, reproduz-se de forma acentuada quando vemos as políticas públicas voltadas para o interior do Estado, particularmente o Agreste e Sertão", diz. **MAQ**



Para Sávio de Almeida, deve-se 'reterritorializar' Alagoas



Osvaldo Maciel ressalta influência do setor canavieiro



Fábio Guedes aponta finanças públicas frágeis no estado